



NEXOS/INTERCONEXÕES ENTRE O RURAL E O URBANO: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS¹

Fabiane Debastiani², Silvana Teresa Neitzke Wollmann³, Juliana Fabris⁴, Leila Mariza Hildebrandt⁵, Marta Cocco da Costa⁶, Ethel Bastos da Silva⁷

¹ Reflexões construídas na disciplina de Atenção à Saúde no Contexto da Ruralidade, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ruralidade (PPGSR), vinculado a Universidade Federal de Santa Maria, campus Palmeira das Missões/RS.

² Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ruralidade (PPGSR), Universidade Federal de Santa Maria, campus Palmeira das Missões/RS. E-mail: fabianedebas@gmail.com.

³ Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ruralidade (PPGSR), Universidade Federal de Santa Maria, campus Palmeira das Missões/RS.

⁴ Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ruralidade (PPGSR), Universidade Federal de Santa Maria, campus Palmeira das Missões/RS.

⁵ Docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ruralidade (PPGSR), Universidade Federal de Santa Maria, campus Palmeira das Missões/RS.

⁶ Docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ruralidade (PPGSR), Universidade Federal de Santa Maria, campus Palmeira das Missões/RS.

⁷ Docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ruralidade (PPGSR), Universidade Federal de Santa Maria, campus Palmeira das Missões/RS. E-mail:ethelbastos@hotmail.com.

RESUMO

Introdução: Ao discutir a temática da ruralidade e a saúde, primeiramente precisa-se considerar o entrelaçamento teórico dos conceitos e o dinamismo envolvido na caracterização dos mesmos. **Objetivo:** Discutir o contexto da ruralidade a partir das construções teóricas e conceituais. **Método:** Reflexão teórica construída a partir de sínteses reflexivas da disciplina de Atenção à Saúde no Contexto da Ruralidade do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ruralidade. **Resultados:** As dimensões da ruralidade partiram do imaginário ao real e das discussões e reflexões do grupo. A realidade destacada teve como base as vivências pessoais e profissionais no contexto rural, mediada por referências teórico. **Discussão:** Historicamente foi observado as transformações, entendimento e compreensão do rural. E ao refletir sobre, é necessário considerar o dinamismo, as formas de mudança, as intervenções e as múltiplas leituras. **Considerações finais:** A aproximação da temática possibilitou potencializar as reflexões, a fim de contribuir na atuação profissional.

INTRODUÇÃO

Ao discutir a temática da saúde e ruralidade, primeiramente vale destacar a multiplicidade de leitura do rural. As definições partem de diversos conceitos, entendimentos e características, por isso se faz necessário considerar as vertentes e autores da temática. O Ministério da Saúde (MS), por meio do Guia de Vigilância em Saúde, compreende que o espaço urbano é aquele que apresenta características de cidade e urbanização, ou seja, uma maior concentração populacional e de serviços de fácil acesso (administração, saúde, segurança, comércio e lazer); enquanto o espaço rural apresenta-se com uma menor concentração



populacional e, comumente, afastadas dos centros urbanos e serviços públicos oferecidos (BRASIL, 2019). Já, no material elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observou-se que pode haver diferentes formas de classificação, compreensão e análise do espaço urbano e rural, além das questões territoriais e, neste sentido, a compreensão do urbano-rural pode ser definido por fins administrativos-burocráticos, delimitação territorial administrativa ou político-administrativo, patamar demográfico ou concentração populacional ou densidade demográfica, e análise das edificações e estruturas (ruas e uso do solo) (IBGE, 2017). Porém, vale destacar que a mutabilidade territorial ocorre nos dois cenários e um espaço pode apresentar características urbanas e rurais.

Assim, cabe considerar que, com o passar dos anos, houve um constante movimento de urbanização no território brasileiro e, conseqüentemente, um significativo êxodo rural. Esse movimento foi confirmado pelo IBGE em 2010, em que a população residente em área urbana representava aproximadamente 84%, enquanto a da área rural representava 16% da população brasileira (IBGE, 2010). Para descrever a população rural brasileira, se faz necessário considerar a diversidade de raças, etnias, povos, religiões, crenças e culturas, com sistemas de produção de renda distintos, inseridos em uma rica biodiversidade (BRASIL, 2013) e as vulnerabilidade que esta população é exposta.

Segundo Wanderley (2009, p. 297), o meio rural possui uma dinâmica interna que transforma suas relações sociais num mesmo espaço e que envolve demandas complexas: (re)arranjos familiares, sentimento de pertencimento, assuntos patrimoniais e econômicos; acontecimentos culturais, religiosos e ambientais. Este meio também sofre influência e é modificado por um espaço social “externo”, sobretudo por questões relacionadas ao mercado e a vida urbana.

Estas relações sociais no meio rural estão presentes nos vínculos entre familiares, vizinhos e a comunidade, constituindo a base da vida social e modo de vida. Isso pois, essa relação constitui-se para além da vida social, pois estão presentes na troca de mão de obra no trabalho, produção, atividades de lazer, religiosidade e cuidado comunitário.

Também, o espaço rural pode caracterizar-se como um “produto de consumo da população urbana”, através da aquisição de propriedades rurais para lazer ou residência definitivas/temporada (WANDERLEY, 2009). Este movimento baseia-se na crença que residir ou vivenciar nesses espaços está vinculado a uma melhor qualidade de vida. Neste sentido, compreende-se que não há o desligamento da relação rural-urbano, ou seja, mesmo que os



cenários encontram-se em espaços diferentes há um fluxo de bens e capital, recursos naturais, pessoas, trabalho, informações e tecnologias (IBGE, 2017).

Assim, observa-se que a multiplicidade de olhares teóricos para o rural apresenta-se como vasto e complexo quando busca-se caracterizá-lo e compreendê-lo. Seguindo este entendimento e as inquietações e reflexões, busca-se ampliar a reflexão sobre a ruralidade nas diferentes interpretações e compreensões do cenário e, com isso, relacionar com a atenção à saúde. Desta forma, este trabalho tem o objetivo de discutir o contexto da ruralidade a partir de reflexões conceituais.

METODOLOGIA

Trata-se de uma reflexão teórica construída a partir das sínteses e discussões realizadas na disciplina de Atenção à Saúde no Contexto da Ruralidade, no período de setembro a dezembro de 2022. A referida disciplina está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ruralidade (PPGSR) na Universidade Federal de Santa Maria, campus Palmeira das Missões/RS.

O programa de pós-graduação oferta o curso de forma interdisciplinar, em nível de mestrado e com ingresso de novos estudantes semestralmente. A disciplina foi ministrada por quatro docentes e cursada (neste período) por 21 mestrandos, na grande maioria profissionais enfermeiros.

Partindo da questão indutora: “O que é o rural para você? E como descreveria?”, os mestrandos foram incentivados a discutir e refletir sobre suas experiências prévias com o rural e a ruralidade, além de fazer leituras e debates para a elaboração de sínteses teóricas e produção de trabalho sobre a temática. Esses deram origem a este artigo.

Como esta construção trata-se de uma reflexão teórica, a mesma não precisou passar pela apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

RESULTADOS

Os resultados deste trabalho baseiam-se na visão da ruralidade, partindo do imaginário ao real diverso, por meio das noções do rural oriundas das discussões e reflexões do grupo. A realidade evidenciada pelos mestrandos baseia-se nas vivências pessoais e profissionais de aproximação com o contexto rural e a proposta de ruralidade. Vale destacar, que, em muitos momentos, o



real contexto vivenciado pelo espaço rural encontra-se longe das condições esperadas pelos mestrandos e compreendidas como adequadas de vida e viver.

Durante as discussões, emergiram questões relacionadas ao espaço do rural visto pela “lente geográfica”, a qual apresenta-se como um território delimitado pela localização e organização populacional, e distante dos centros urbanos, onde encontram-se os serviços essenciais, como: serviços públicos, econômicos e administrativos, dentre outros.

A distância da área urbana, em relação ao rural, pode ser considerada uma situação de vulnerabilidade quando não há estradas e transportes públicos seguros e acessíveis para as famílias que ali residem ou, ainda, quando os indivíduos não possuem transporte particular, condição essa que dificulta a mobilidade para outros locais, além de acessar serviços e bens de consumo. Esta distância geográfica pode ser terrestre, fluvial ou aérea.

Nestes espaços, vivem populações de distintas origens raciais, crenças, cultura, etnias, modos de trabalho, lazer, economia, escolaridade, relações sociais, gênero, geração e historicidade. A exemplo temos as populações negras, brancas, amarelas, pardas e indígenas, bem como, os descendentes de quilombolas, ribeirinhos, pescadores, agricultores, imigrantes e emigrantes, dentre outros.

As populações residentes no cenário rural, geralmente, produzem alimentos para comercialização e consumo familiar e organizam-se socialmente conforme suas culturas, porém também são acometidas pela evolução das cidades e lugares que fazem parte de suas relações. Desta forma, compreende-se que se necessita de políticas públicas, econômicas, de educação, saúde, transporte, segurança e ambientais que atendam suas peculiaridades, pois essa população pode encontrar-se em diferentes níveis de vulnerabilidade.

Os diversos espaços apresentam formas de desenvolvimento relacionadas ao bioma em que vivem, dependendo de subsídios e políticas públicas governamentais para seus avanços sociais, econômicos, culturais e de trabalho, enfim, de manutenção da vida e condições de saúde. Logo, se as políticas governamentais deixam de existir/atuar, essas populações enfrentam grandes desafios na manutenção de vida, sobrevivência e saúde; vivenciando condições com grande potencialidade de adoecimentos e não manutenção da vida, ou migram para residir em um novo lugar em busca de outras alternativas para viver. Este pode ser um dos motivos do êxodo rural, principalmente dos jovens.

Ao olhar para este local pela lente do desenvolvimento social ampliado, o ser humano é reconhecido como elemento central, pois considera-se a promoção de capacidades e liberdades



individuais capazes de mobilizar recursos para o bem-estar pessoal e familiar (mobilizar os membros da família, recursos financeiros e poder público para melhorar sua qualidade de vida), além de ações dos indivíduos e a capacidade de resposta.

Nessa perspectiva, quanto melhor a qualidade de vida das pessoas, maior será o Produto Interno Bruto e a fonte de recursos acessados pelas unidades familiares. Assim, inverte-se o paradigma centrado apenas nos recursos financeiros, pois considera-se o desenvolvimento dos indivíduos com trabalho, renda, lazer e escolaridade; o que irá contribuir positivamente para o desenvolvimento econômico local. Também, se faz necessário considerar aspectos fundamentais, como: sócio/cultural, político/institucional, ambiental e econômico, além da relação e necessidade de manter o equilíbrio entre todos os aspectos.

O viver na ruralidade apresenta um modo de organização social complexo, que orienta as condutas e valores seguidos pelas populações que vivem no ambiente rural. Esta orientação permeia a produção de alimentos, trabalho familiar e social com a prática de troca de “mão de obra” entre vizinhos; opções de lazer usufruído na coletividade e, geralmente, famílias mais numerosas.

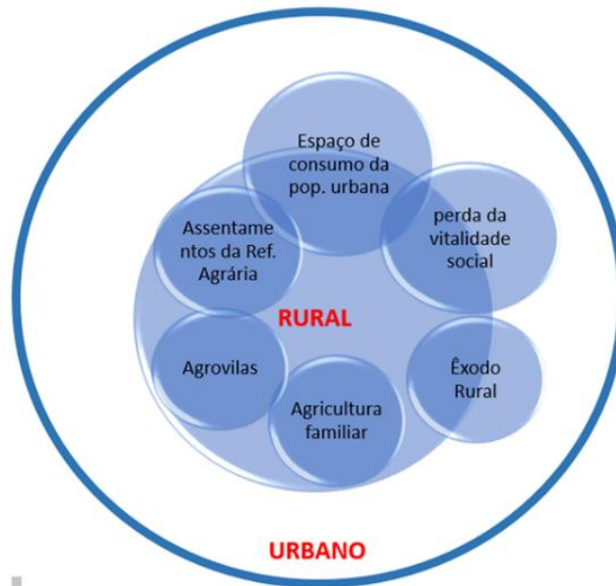
Também, existe um enredamento do contexto rural e as diferentes vulnerabilidades que o cenário pode oferecer aos indivíduos residentes, porém destaca-se que morar em um ambiente rural não é sinônimo, obrigatoriedade, de estar em uma situação de vulnerabilidade. Esta premissa fortalece a complexidade do cenário e das experiências vividas.

Como tópico relevante, o movimento reflexivo trouxe a (re)significação da palavra desenvolvimento, a qual, por diversas vezes e como entendimento difundido culturalmente, se remete a aspectos positivos e ideias de melhoria e questões econômicas. Exemplificando esse contexto, as cidades ricas são tidas como desenvolvidas, sendo conceituadas como sinônimos (conceitos estes que devem ser revistos), o que nem sempre condiz com a realidade.

O território brasileiro é vasto e apresenta diferentes características nas diferentes localidades, desta forma os espaços/locais rurais também são diversos em tamanho, modo de viver e produzir saúde, onde a terra é o bem comum destas populações. Sendo assim, a noção de que o espaço rural é complementar ao urbano, reforça a necessidade de maior articulação das políticas públicas em rede, além de um olhar atento para estes territórios. Assim, como é representado na Figura 1, a articulação das populações entre os cenários urbanos e rurais foi construída a partir das discussões e reflexões em Wanderley (2009).



Figura 1: Representação das reflexões do cenário rural



Fonte: Elaborada pelas autoras em umas das atividades proposta pela disciplina.

Considerando essa explanação, quando o Sistema de Saúde Público brasileiro olhar para as pessoas que vivem no cenário rural e o seu modo de viver espera-se que o mesmo reconheça o potencial de desenvolvimento local e a capacidade de cuidado em saúde na perspectiva da promoção e prevenção de doenças e agravos. Assim, mesmo que haja desafios semelhantes aos encontrados atualmente, vale destacar o olhar ampliado, considerando os territórios e as diferenças relacionadas aos espaços existentes, bem como, a cultura local.

DISCUSSÃO

Considerando o cenário brasileiro e seu contexto histórico, destaca-se que a população, no decorrer dos anos, tem-se apresentado num constante movimento de modificação, adaptação e urbanização. Conforme Carneiro (2012), na descrição deste “novo rural” e o “renascimento rural”, $\frac{2}{3}$ da população brasileira era considerada urbana, de acordo com o censo do IBGE de 2000, e nos pequenos municípios a maioria dos habitantes residia em áreas rurais. Em comparativo com os dados da década de 1990, a população brasileira rural apresentou um crescimento de 1,1% ao ano, sendo que neste período o crescimento anual da população era de 1,3%, comportando-se este movimento de crescimento rural distinto entre os Estados brasileiros. Contudo, esse movimento está relacionado ao declínio da população ocupada na agricultura e o crescimento das ocupações não agrícolas, que tiveram um aumento anual de 6,1% no período



de 1996 a 1999, como também, observava-se uma ascensão de desempregados e aposentados rurais, favorecendo aos jovens a mudança de ramo não agrícola, por valorização e remuneração.

Neste contexto, reforça-se os dados do IBGE de 2010, onde aproximadamente 84% da população brasileira residia em área urbana, e os quase 16% restantes da população em área rural (IBGE, 2010). Sabe-se que o movimento migratório da população rural para a área urbana e grandes centros teve maior força no período de desenvolvimento industrial, necessidade de buscar emprego e melhores condições de vida; mas observou-se que houve uma diminuição desse movimento nos últimos anos, embora ainda seja significativo (HEIN; SILVA, 2019; WANDERLEY, 2009).

O êxodo rural é abordado pelas condições desfavoráveis para residir em alguns espaços rurais e dentre as características destacadas, estão as dificuldades de acesso a bens e serviços, escassez ou empobrecimento dos recursos naturais e excessiva concentração de estrutura fundiária, sendo que esta última tem contribuído para estimular jovens a procurar “oportunidades” nas cidades e grandes centros (WANDERLEY, 2009), colaborando assim para o esvaziamento em médio e longo prazo do cenário rural, como pode ser visto nos dados anteriormente apresentados.

Neste contexto, antes de compreender os movimentos migratórios, se faz necessário compreender a população brasileira e considerar sua diversidade de raças, etnias, povos, religiões, culturas distintas, produção de renda e biodiversidade variada (BRASIL, 2013), o que também ocorre no cenário rural. Ainda, precisa-se considerar que o espaço rural é complementar ao urbano. Considerando esse aspecto, menciona-se a agenda 2030, a qual faz um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade (ONU-BR, 2022).

Refletindo sobre o desenvolvimento social ampliado proposto por Sen (2010), o crescimento rural não está relacionado à urbanização do campo, modernização agrícola, aumento de produção, industrialização ou aumento na renda, e sim ao uso adequado de recursos em prol da comunidade local e demais envolvidos. Nesse contexto, os espaços rurais apresentam as mesmas características de vida social e comunitária, porém diferem-se em seus cenários e características populacionais. Assim, ressalta-se a importância de considerar que a área rural é habitada por pessoas/proprietários ou não de terras, que desenvolvem pluriatividade (possibilidade de desenvolver diversas atividades, morar no rural, novas formas de produção,



espaço para hospedagem/produção agrícola/restaurante) e multifuncionalidade (novas funções além da agricultura desde os condomínios luxuosos, trabalhar fora do espaço rural, alternativas de proteção de mananciais que geram uma rentabilidade, espaços de lazer).

Logo, compreende-se a conexão entre a ruralidade com o ambiente no qual ela ocorre, em que a primeira se caracteriza por um modo de vida pertinente ao meio rural e a segunda com a presença das relações internas específicas, a construção social contextualizada, a reflexão como resultado das ações dos indivíduos que internalizam e externalizam sua condição sociocultural, o reflexo das condições herdadas de seus antepassados e a adaptação às novas condições das influências externas (MEDEIROS, 2017). Isso corrobora com Wanderley (2009), quando o autor destaca o cenário rural, suas particularidades e potências, seus (re)arranjos familiares e o forte sentimento de pertencimento local, porém não exclui dele a capacidade de influência dos demais espaços sociais externos, e dentre eles o urbano.

Nesse contexto, o conceito da ruralidade discorre entre muitos autores de forma ampla e complexa, no que se refere às atividades econômica, aspectos sociológicos e etnográficos, formas de construção e redefinição das identidades sociais e culturais; e dos modos de vida das coletividades locais (SCHNEIDER, BLUME, 2004). Entretanto, vale destacar o desafio dessa capacidade de adaptação às mudanças do cenário, pois este movimento crescente de influências externas pode ser compreendido como a demonstração de algumas fragilidades nesta população, como no campo da saúde e por meio de privações socioeconômicas (MENDES *et al.*, 2019), geográficas e organizacionais.

A influência/interação com os espaços externos, por mais que sejam visualizados como desafio no fortalecimento do cenário rural, em muitos momentos permite a visibilidade dos espaços rurais como forma de vivências, de bem estar e turismo rural, como são abordadas no texto de Wanderley (2009). Neste sentido, a movimentação das pessoas entre os espaços rural-urbano e urbano-rural, permitiu o reconhecimento da mutabilidade dos espaços e da interação do rural com os espaços externos, bem como a transformação por meio do turismo rural em uma nova fonte de renda para além do empreendedorismo, estratégia essa que possibilita minimizar o êxodo rural e manter o estilo de vida e valorização cultural (SOLHA, 2019). Essas mudanças contribuem para o desenvolvimento rural.

Pensando em desenvolvimento, deve-se levar em consideração o contexto histórico e aspecto sociocultural ao qual está inserido e assim, com o território sendo a essência, propondo escolher estratégias em prol de benefícios coletivos e equilibrando interesses. Além disso, pondera-se as



capacidades e liberdades do indivíduo, sendo elas: políticas, oportunidades sociais, garantias de transparência, segurança e facilidades econômicas, todas em equilíbrio com o planejamento dos atores envolvidos (SEN, 2010). Neste sentido, destaca-se diferentes formas de desenvolvimento, dentre eles: o social/cultural, econômico, ambiental e político-institucional; e a interação destas definições quando considerado o espaço territorial e suas populações. Desta forma, a compreensão do território passa pela relação dos atores atuantes direta ou indiretamente, bem como, a capacidade econômica e de captação de recursos (CELLA; QUEDA; FERRANTE, 2019).

Cella, Queda e Ferrante (2019) abordam que o desenvolvimento da agricultura relaciona-se com as atividades econômicas (indústria, comércio, artesanato e outros serviços) e se faz necessário considerar que a agricultura (seu contexto e recursos) está inserida em um território. Também, ressalta-se que o desenvolvimento, em muitos momentos, está vinculado à capacidade de complementar a renda familiar, através de diferentes estratégias econômicas e de utilização da terra (ARENHART; FONTANA, 2020).

De acordo com Oliveira e Feliciano (2020), houve transformações do cenário rural brasileiro, considerando as questões agrárias, as quais contribuíram para a mudança na disponibilidade de alimentos no âmbito rural. Também, vale considerar que houve a perda da vitalidade social relacionada ao movimento das pessoas que residiam e trabalhavam em suas propriedades rurais de menor porte e que fortalecem as relações do dinamismo social destes espaços e ‘agora’ migraram suas residências para área urbana, modificando o dinamismo da vida local e nas relações sociais. Isso se deve pelo fato de as áreas ocupadas pelas propriedades menores cederam espaço à produção em grande escala e monocultura (WANDERLEY, 2009). Lima, Silva e Iwata (2019) se reportam ao espaço rural como uma forma de vida, considerando também a capacidade de promover a segurança alimentar, a geração de renda, a minimização da pobreza, a biodiversidade e a preservação da cultura.

Porém, o efeito migratório da população é observado principalmente no pequeno produtor, visto que este busca melhores condições de vida e trabalho. Neste sentido, alguns autores relacionam o “esvaziamento” do rural com a vulnerabilização do espaço, que pode ser caracterizada pelo envelhecimento populacional, desafio de manter a reprodução social e pertencimento da residência em ambiente social; manutenção das propriedades rurais, dificuldades no trabalho e busca por melhores condições de vida e renda (ARRUDA; ARAÚJO, 2019; HEIN; SILVA, 2019). Porém, refere-se a necessidade de mais estudos que busquem identificar/justificar este movimento migratório para os espaços urbanos.



Como consequência do movimento mencionado, Silva (2020) refere que há alimentos disponíveis, porém são necessárias ações que garantam o acesso aos alimentos pela população de maneira permanente ou que as famílias possuam renda suficiente para assegurar o direito à alimentação, sem afetar outras necessidades básicas. Esta afirmação vai ao encontro do risco que as famílias correm pelo comprometimento da renda familiar com outras necessidades, concordando com uma realidade experienciada (direta ou indiretamente) pelos autores deste trabalho. Neste contexto, ao considerar o território rural e a ruralidade, se faz necessário também considerar as vulnerabilidades ao qual essa população se encontra.

Caminhas (2020) descreve que as dimensões das vulnerabilidades se relacionam por meio da articulação de aspectos subjetivos e individuais, dos contextos sociais e das divergências e fragilidades estruturais. Desta forma, podem levar à (in)capacidade de resposta dos sujeitos perante a exposição a riscos e agravos à saúde; também, compreender-se a complexidade de estudar e buscar entendimento acerca dos espaços rurais e indivíduos que nele vivenciam, pois, para refletir sobre a ruralidade se faz necessário abordar todas as vertentes reflexivas que influenciam este contexto.

Também, a participação social é um importante instrumento de mudança no processo de visualização da realidade rural e dos atores presentes nesse cenário, e quando essa ocorre de forma ativa deve-se considerar ações de curto, médio e longo prazo. Ademais, os indivíduos enquanto residentes no cenário rural proporcionam uma melhor compreensão do local e desafios vivenciados (CELLA; QUEDA; FERRANTE, 2019).

Estas discussões vêm ao encontro do exposto na Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (2013) e, no ano de 2014, integra a esta mesma Política a População das Águas. Essa é considerada um marco histórico na saúde, pois aborda um olhar diferenciado em atenção à saúde a estas populações, através da garantia do direito e acesso à saúde pública, reconhecendo as condições e determinantes sociais, econômicas, culturais e ambientais dessas populações no processo saúde e doença, incluindo as particularidades e especificidades das mesmas (BRASIL, 2013; BRASIL, 2014).

Com a criação desta Política específica que contempla as populações do campo, floresta e das águas, enfatiza-se o compromisso das três esferas governamentais na descentralização e regionalização das ações de saúde, com a participação da população por meio do controle social, na perspectiva da equidade. As ações em saúde devem ocorrer integrada às demais Políticas



Públicas de Saúde, como também intersetoriais, articuladas aos saberes tradicionais, patrimônios genéticos, diversidades sociais e culturais (BRASIL, 2013).

Porém mesmo com a criação e institucionalização de políticas destinadas para este cenário, bem como legislações, a visibilidade do rural ainda torna-se desafiador na atuação dos profissionais de saúde, pois demandando a criação de estratégias mutáveis com planos contextuais e individualizados, considerando as realidades distintas em espaços territoriais. Ao relacionarmos com toda a diversidade do contexto da ruralidade com a saúde, é necessário que haja compreensão de toda sua amplitude (SANTOS, ARRUDA, GERHARDT, 2018).

CONCLUSÕES

Revisitar as construções das sínteses, permitiu visualizar a população rural inserida em seu contexto, com suas crenças, culturas, valores, modos de vida e relações sociais, auxiliando nas reflexões do grupo e colaborando na construção dos projetos de pesquisa destas mestrandas. Também, a construção do trabalho permitiu a aproximação (mesmo que por meio de leituras) de realidades vivenciais no/do contexto rural, dessa forma, ampliando as reflexões frente os desafios enfrentados por essas populações enquanto vivência, acessibilidade e manutenção da saúde. Desta forma, o processo de aprendizagem torna-se válido e potencializador do conhecimento, pois permite (re)significar conceitos e olhares frente a um mesmo cenário e aos indivíduos que dele fazem parte.

Assim, a aproximação da temática possibilita às autoras, enquanto enfermeiras, potencializar as reflexões frente ao processo de cuidado da população rural e urbana contribuindo na atuação profissional de forma resolutiva e significativa, ao profissional e aos usuários do serviço de saúde. Para tanto, destaca-se que conhecer os saberes científicos auxilia na reflexão da prática profissional, porém ainda se faz necessário aproximar o “fazer profissional” do território qualificando as práticas de enfermagem e de saúde na promoção, prevenção e recuperação. Para tanto, esta produção não busca findar as discussões sobre a temática, mas sim instigar os leitores a ampliar as reflexões a fim de contribuir positivamente na formação de opiniões críticas e reflexivas sobre: saúde, dinamismo do território e contribuição da formação profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Território Sociocultural; Dinâmica Populacional; Enfermagem; Educação de Pós-Graduação.



AGRADECIMENTOS

Não será referido.

REFERÊNCIAS

ARENHART, Andrielly; FONTANA, Rosislene de Fátima. Reflexões sobre o Turismo Rural e o Desenvolvimento Sustentável. **Turismo e Sociedade**, [S.L.], v. 12, n. 3, p. 139-157, 1 jun. 2020. Universidade Federal do Paraná. <http://dx.doi.org/10.5380/ts.v12i3.69162>. Acesso em: 10 dez. 2022.

ARRUDA, Rafael; ARAÚJO, Victória. A AGRICULTURA FAMILIAR E AS CAUSAS QUE GERAM O ÊXODO RURAL. **Enciclopédia Biosfera**, [S.L.], v. 16, n. 29, p. 1-16, 30 jun. 2019. Centro Científico Conhecer. http://dx.doi.org/10.18677/encibio_2019a1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. 1. ed.; 1. reimp. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 2.311, de 23 de outubro de 2014**. Altera a Portaria nº 2.866/GM/MS, de 2 de dezembro de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF). Brasília, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2311_23_10_2014.html. Acesso em: 20 set 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. **Guia de Vigilância em Saúde**: volume único [recurso eletrônico] 3a ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_3ed.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

CAMINHAS, Ana Margarida Theodoro. A importância das mulheres agricultoras no fortalecimento da segurança alimentar em um assentamento rural de Córrego Rico, estado de



São Paulo. **Revista InterEspaço**, v. 6, n. 19, p. 01-19, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18764/2446-6549.e202013>. Acesso em: 29 nov. 2022.

CARNEIRO, Maria José; Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: **Ruralidades Contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. CARNEIRO, M. J. (coord.). Mauad X: FAPERJ. Rio de Janeiro, 2012.

CELLA, Daltro; QUEDA, Oriowaldo; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. A definição do espaço rural como local para o desenvolvimento territorial. **Retratos de Assentamentos**, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 69-91, 1 ago. 2019. **Retratos de Assentamentos**. <http://dx.doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.333>. Acesso em: 10 dez. 2022.

HEIN, André Fernando; SILVA, Nardel Luiz Soares da. A insustentabilidade na agricultura familiar e o êxodo rural contemporâneo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [S.L.], v. 27, n. 2, p. 394, 1 jun. 2019. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. <http://dx.doi.org/10.36920/esa-v27n2-8>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Brasília: IBGE; 2010. Disponível em: http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1013003524D7B79E4/IBGE_CENSO_2010_sinopse.pdf. Acesso em: 15 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de Geografia. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 84 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

LIMA, Antônia Francisca; SILVA, Edvânia Gomes de Assis; IWATA, Bruna de Freitas. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Retratos de Assentamentos**, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 50-68, 1 ago. 2019. *Retratos de Assentamentos*. <http://dx.doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.332>.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. In: MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M. **Dinâmicas do espaço agrário: velhos e novos territórios: NEAG 10 ANOS**. 1. Ed. Porto Alegre: Evangraf, 2017. P. 179-190. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/157495>.



MENDES, Tamires Carneiro de Oliveira; MARÍ-DELL'OLMO, Marc; URIBE, Albert Pratsb; LIMA, Kenio Costa; LIMA, André Luiz Barbosa De; BORRELL, Carme; SANZ, Maica Rodríguez. **Índices de Privação Socioeconômica e de Ruralidade: ferramentas para o planejamento e pesquisa em Saúde em nível dos municípios brasileiros.** Revista Gerencia y Políticas de Salud. 2019; 18(37). Disponível em: <https://doi.org/10.11144/Javeriana.rgps18-37.ipsr>.

OLIVEIRA, Fernando Henrique Ferreira de; FELICIANO, Carlos Alberto. Revisitando o espaço rural brasileiro: um debate em torno da questão agrária. Retratos de Assentamentos, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 39-54, 1 fev. 2020. **Retratos de Assentamentos.** <http://dx.doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2020.v23i1.358>. Acesso em: 16 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 12 out 2022.

SANTOS, Anajá Antônia Machado Teixeira dos; ARRUDA, Carlos André Moura; GERHARDT, Tatiana Engel. **O mundo rural e a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas.** In: SANTOS, A. A. M. T.; MESQUITA, M. O.; ARRUDA, C. A. M.; GERHARDT, T. E. Saúde coletiva, desenvolvimento e (in)sustentabilidades no rural. Porto Alegre: UFRGS, 2018. p. 161-80. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/184462>. Acesso em: 16 dez. 2023.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Maria Zênia Tavares da. A segurança e a soberania alimentares: conceitos possibilidades de combate à fome no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, n. 25, jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.8626>. Acesso em: 28 nov. 2022.

SOLHA, Karina Toledo. The Rural Universe and the Offer of Rural Tourism Experience in Brazil. **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, [S.L.], v. 11, n. 3, p. 615-633, 17 jul. 2019. Universidade Caxias do Sul. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v11i3p615>. Acesso em: 16 dez. 2023.

SCHNEIDER, Sergio; BLUME, Ron. **Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.107, p.109-135, jul./dez. 2004.



WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *In*: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 297-309.